FUNÇÃO PATERNA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: O ESTADO DA ARTE

Manuela dos Reis Parenti[1], Paulo José da Costa[2], Regina Perez Christofolli Abeche[2]

[1]Universidade Estadual de Maringá - UEM, Pós-gradução *Lato Sensu* UEL, Londrina, PR. [2]Universidade Estadual de Maringá- UEM, Graduação e Programa de Pós-graduação em Psicologia, Maringá, PR. E-mail: manuelaparenti@hotmail.com

RESUMO

As primeiras experiências infantis têm papel decisivo e sendo os pais os principais responsáveis pela criança neste período, o seu papel também é alvo de pesquisa. Contudo, evidenciou-se que em boa parte da literatura no campo psicanalítico há uma maior ênfase na função materna. Diante disso, os objetivos do presente trabalho são analisar e sistematizar a produção científica acerca do tema Função Paterna e Desenvolvimento Infantil, em artigos de periódicos científicos brasileiros; compreender como os diversos autores abordam a função paterna no desenvolvimento infantil, já que a função materna sempre é alvo de maior destaque em produções científicas; compreender a função paterna e sua importância no desenvolvimento mental dos filhos na perspectiva psicanalítica. O método escolhido foi o da pesquisa bibliográfica, na modalidade de Pesquisa de Estado da Arte. Destaca-se que, embora a função paterna seja tratada na literatura de modo difuso, os autores a enfatizam como sustentadora da relação mãe-bebê, favorecendo a vinculação entre ambos, como interventora promovendo a quebra da relação fusional entre mãe e filho, formando uma triangulação, que possibilita à criança uma aproximação com o mundo externo bem como com o estabelecimento da configuração edípica, tão necessária ao desenvolvimento psíquico.
Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil, Função Paterna, Psicanálise, Psicologia.

PATERNAL FUNCTION AND CHILD DEVELOPMENT: STATE OF THE ART

ABSTRACT

First childhood experiences have a decisive role and being the parents primarily responsible for the child in this period, their role is also research target. However, it is clear that there is a greater emphasis on maternal role in most of psychoanalytic literature. Thus, the aim of this article is to analyze and systematize the scientific literature on paternal function and Child Development in Brazilian scientific journal articles; Understand how the various authors address the paternal role in child development, as the maternal role is always a more prominent target in scientific production; Understand the paternal function and its importance in the mental development of their children in the psychoanalytic perspective. Bibliographic research was the chosen method, in the form of Research State of the Art. It is noteworthy that, although the paternal function is treated in a diffuse way in the literature, the authors emphasize the mother-child relationship as supportive, favoring the link between them; as interventionist, promoting the breakdown of fusional relationship between mother and child, forming a triangulation, which allows the child an approach to the outer world as well as the establishment of the oedipal configuration, so necessary to the psychic development.
Key-Words: Child Development, Paternal Function, Psychology, Psychoanalysis.

A. INTRODUÇÃO

É muito antiga a ideia de que as primeiras experiências infantis são fundamentais ao desenvolvimento do indivíduo como um todo. Nessa perspectiva, segundo Pereira (2003), já é possível encontrar em Platão (427-347 a. C.) a crença de que a infância determina o caráter dos indivíduos. Contudo, apenas após a Segunda Guerra Mundial as experiências infantis começaram a atrair o interesse de diferentes correntes teóricas. Essas ideias são conhecidas como determinismo infantil e, apesar de terem

sido duramente criticadas, ainda se mantém com muito prestígio na comunidade psicológica (PEREIRA, 2003). Freud, o principal autor da teoria psicanalítica também compreendeu a importância da infância na constituição psíquica, onde as experiências infantis ganham relevo na compreensão dos fenômenos psíquicos. E sua técnica consistia em resgatar na fala de pacientes o modo como ficou registrado no seu psiquismo os fatos do passado, interessando-se pelas vivências da infância que ficaram esquecidas. (ZAVARONI; VIANA; CELES, 2007).

Sem dúvida, é através dos pais, ou daqueles que exercem as funções materna e paterna, que a criança terá suas primeiras experiências de vida, e conforme a importância deste período para a estruturação do indivíduo é importante nos dedicarmos a estudar de que modo a parentalidade pode influenciar nesse processo. Existem muitos estudos conhecidos sobre a importância da função materna nesse período. Contudo, as evidências são de que a função paterna tem ficado ainda em segundo plano na produção científica psicanalítica brasileira. Isto se evidenciou em Projeto de Iniciação Científica desenvolvido anteriormente (PARENTI, 2014), no qual a proposta era investigar as tendências da produção científica brasileira sobre o tema Desenvolvimento infantil na perspectiva psicanalítica.

Ao se destacar a discrepância entre os estudos sobre a função materna e sobre a função paterna, não se está referindo à quantidade de artigos, teses, dissertações, capítulos de livros, etc., que em algum momento discorram sobre tais funções. O destaque que se dá tem como ponto de partida a consideração de se tal produção científica tem como objetivo ou não estudar a função paterna. No caso específico da função paterna, foi possível encontrar muitíssimos trabalhos que a citam ou comentam em algum momento sobre a sua importância, mas o objetivo do estudo não é centrado em tal função, ou na paternidade, ou no pai.

O papel do pai no desenvolvimento da criança é reconhecido como importante e a interação pai-filho é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo, social e na estruturação psíquica (BENCZIK, 2011). Segundo Saraiva, Reinhard e Souza (2012), a função paterna e sua importância no desenvolvimento infantil são temas presentes em estudos científicos e acadêmicos, porém, não recebem a devida atenção, se comparada à função materna.

Na visão winnicottiana, no início de sua vida a criança não é capaz de controlar e lidar com as questões relacionadas ao seu ambiente interno e externo e, portanto, necessita de alguém que possa fazer isso por ela, no caso, os seus pais ou responsáveis que exerçam tais funções. Neste período, a função materna é a de "ego auxiliar", proporcionando ao bebê os cuidados necessários para que ele possa desenvolver o seu próprio ego, para que possa lidar com os recursos internos e externos de maneira cada vez mais independente. A capacidade de identificação da mãe com seu filho é o fator mais importante para a formação e estruturação do ego da criança; por isso, acredita-se que a mãe é a pessoa mais adequada para exercer essa função. A função paterna neste período se desenvolve paralelamente, sendo complementar à dualidade mãe-bebê e favorecendo as condições para que a mãe se disponibilize para o bebê. O pai, quando inserido nessa relação, começa a estabelecer certos limites, não permitindo que a mãe esteja durante todo o tempo em estado fusional com a criança. Isto favorece que a mulher possa reconhecer suas próprias necessidades, além das do seu filho, retomando outros interesses, não se fazendo extremamente presente na vida da criança, a ponto de não permitir que a mesma manifeste sua subjetividade.

Neste sentido a função paterna aparece como facilitadora da relação mãe-bebê e também como representante da proibição, promovendo a organização desta fase inicial do desenvolvimento infantil (BORGES, 2005). "A função paterna, enquanto função de mediação entre a mãe e o bebê, auxilia a mãe a reconhecer o bebê em sua dimensão de sujeito e alteridade, já que para o pai o bebê se constitui como objeto externo desde a concepção" (ZORNIG, 2010, p. 462). Sob o ponto de vista da Psicanálise, a função paterna faz emergir o desejo, que, por sua vez, origina o sujeito. Ao introduzir um terceiro que desequilibra a relação dual, faz surgir a falta onde anteriormente funcionava como se houvesse apenas a completude total. (MONTEIRO, 2001; SARAIVA; REINHARD; SOUZA, 2012).

Posteriormente, o pai continua fazendo a mediação entre o desejo da mãe e do filho, exercendo a proibição ao incesto na

triangulação edípica, sendo ele o terceiro nesta relação. “Ao permitir que a criança vivencie o Édipo, o pai exige que o filho renuncie suas necessidades de satisfação pulsional, e, como consequência, o filho aprende a se vincular, a se comprometer com o outro e consegue viver em sociedade.” (SARAIVA; REINHARD; SOUZA, 2012, p. 61). A entrada do pai nesta relação faz com que a criança perceba que terá que viver em grupos, onde existem pelo menos três pessoas. Sendo assim, para os autores acima indicados, o pai começa a ensinar a criança a viver em sociedade, assim como a mãe o ensinou a viver o seu próprio corpo. A presença física e afetiva do pai é fundamental no desenvolvimento da criança, pois funciona como uma ponte entre o mundo interno e a realidade externa da relação com a mãe (SARAIVA; REINHARD; SOUZA, 2012). A cultura é o código do coletivo e o pai é quem possibilita a introjeção da cultura no indivíduo. A função paterna determina o enquadramento do homem para que a cultura se reproduza. Iniciar um indivíduo numa cultura é educar, moldar, controlar, limitar a expressão pulsional e, ao mesmo tempo, municiar o sujeito de valores, costumes, bem como de uma história que o individualiza e o articula ao coletivo (MONTEIRO, 2001).

Estudos comprovam que quanto mais precoce o contato da criança com o pai, maior será o envolvimento posterior entre eles (SARAIVA; REINHARD; SOUZA, 2012). De acordo com Benczik (2011) muitas pesquisas comprovam ainda que a ausência paterna geralmente tem impactos negativos em crianças e adolescentes, sendo que aqueles que são privados desta presença estariam em maior risco de desenvolver problemas de comportamento. A privação da função paterna, portanto, pode ter sérias consequências em longo prazo; e quanto maior é a participação e o envolvimento do pai no crescimento e na educação da criança, melhor é a qualidade da relação que se estabelece entre ambos. É importante que o pai participe dos cuidados com a criança desde o momento do nascimento, pois isso favorecerá a relação posterior entre eles, porém o vínculo do bebê com a figura paterna começa ainda no útero da mãe. A presença do pai na vida do seu filho é tão importante quanto à presença da mãe para que se alcance um bom desenvolvimento sócio-emocional em vários níveis, já que complementa e reforça o modelo dado pela mãe, sendo que ambos serão responsáveis por assumir os papéis de autoridade e de afeto. (BENCZIK, 2011).

Destaca-se aqui a pesquisa desenvolvida por Saraiva, Reinhard e Souza (2012, p. 55), cujo objetivo foi “(...) compreender a função paterna e sua importância na dinâmica familiar e no desenvolvimento mental dos filhos”. Concluem os autores que as funções materna e paterna, embora sejam diferentes, elas se complementam e se entrelaçam; que faz parte do exercício da paternidade se introduzir como um terceiro objeto onde antes havia apenas um e, com isso, desarmoniza e interfere na completude da relação dual mãe-bebê; que é importante a ação do pai como agente facilitador de separações para que ocorra o favorecimento a que a criança vislumbre a possibilidade de trilhar o seu próprio caminho, e, com isso, a figura paterna se constitua como elemento essencial de identificação, que até então era algo restrito à figura materna. Concluem ainda que

> “(...) pais ausentes, muito autoritários ou muito distantes podem favorecer o aparecimento de problemas de personalidade nas crianças e também de dificuldades de interação com as demais pessoas. (...). Um pai que estimula a criança verbal e fisicamente, de maneira adequada, que dá ordens com explicação, que estabelece limites e responde às necessidades da criança, que se comunica afetivamente e solicita informações, favorece o desenvolvimento intelectual do filho. (...). Quando o pai desempenha adequadamente sua função, possivelmente seus filhos conseguirão adquirir na vida adulta um sentimento de autoconfiança” (SARAIVA; REINHARD; SOUZA, 2012, p. 56).

Foram objetivos do presente trabalho: – analisar[1] e sistematizar[2] a produção científica acerca do tema Função Paterna e Desenvolvimento Infantil, em artigos de periódicos científicos brasileiros, através da pesquisa bibliográfica de acordo com a metodologia de pesquisa de estado da arte; – compreender como os diversos autores abordam a função paterna no desenvolvimento infantil; e – compreender a função paterna e sua importância no desenvolvimento mental dos filhos na perspectiva psicanalítica.

A. MÉTODO

A proposta metodológica escolhida para a realização do presente trabalho foi a pesquisa de estado da arte, que se configura como uma modalidade da pesquisa bibliográfica, de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema a ser investigado, se constituindo como uma pesquisa de levantamento e de avaliação do conhecimento, tendo como desafio conhecer o que já foi produzido sobre o assunto (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

É preciso destacar que a perspectiva metodológica adotada caracteriza-se, do ponto de vista de seus objetivos, como do tipo descritiva, diferindo da pesquisa exploratória e da pesquisa explicativa. De modo geral, nesse tipo de investigação descritiva a finalidade é observar, identificar, registrar, descrever, ordenar e analisar os fenômenos, sem que o pesquisador interfira neles, configurando-se na forma de levantamento (BARROS; LEHFELD, 2007; GIL, 2008; OLIVEIRA, NETTO, 2008; PEROVANO, 2014; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Seguindo esses autores, a não interferência do pesquisador diz respeito a que este deve se ater às finalidades acima indicadas desse tipo de investigação, "(...) **sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos**" (OLIVEIRA NETTO, 2008, p. 26, negrito nosso). Daí pode-se depreender que a própria interpretação dos fatos implica nessa característica de não interferência direta do pesquisador (BARROS; LEHFELD, 2007; PRODANOV; FREITAS, 2013), estando ela atrelada ao como os dados se mostram e não ao valor ou importância dos seus conteúdos que poderiam gerar, em outros tipos de pesquisa, níveis interpretativos mais profundos de sentidos e significados. Portanto, na presente pesquisa descritiva, como em toda aquela que se pretenda desse tipo, a interpretação dos dados se atém aos fatos, tais como são observados, identificados, registrados, descritos, ordenados e analisados, produzindo uma síntese ou um resumo das características que, aqui, refere-se ao material analisado a partir do qual se levantou os dados referentes aos objetivos da presente investigação.

Vale ainda reconhecer que uma pesquisa descritiva, dependendo de como seja conduzida, pode agregar elementos outros que a aproximem tanto daquelas tidas como exploratórias, quanto das pesquisas explicativas (PRODANOV; FREITAS, 2013). Embora se tenha conhecimento dessas possibilidades de ampliação da pesquisa descritiva, não foi esse o caminho trilhado na presente investigação. Não se pretendeu aproximar nem dos níveis exploratórios, nem dos níveis explicativos. Assim sendo, a presente proposta é modesta, centrada no nível descritivo e, embora trate de conteúdo psicanalítico, não pretendeu alcançar um nível interpretativo de tal envergadura, sendo que metodologicamente foi adotada uma perspectiva que se julgou conveniente e mais adequada ao momento e às condições em que se propôs tal projeto e o desenvolveu.

Os materiais analisados se constituíram a partir de um levantamento bibliográfico nas bases de dados Pepsic, Scielo, Indexpsi e Lilacs, com os seguintes descritores cruzados: função paterna + psicanálise, paternidade + psicanálise, pai + psicanálise, buscando artigos científicos, livros e teses que tratassem do tema Função Paterna, Psicanálise e Desenvolvimento Infantil. Através desse levantamento, foram lidos os resumos dos trabalhos filtrados pelas bases de dados, para selecionar quais se encaixavam nos objetivos do presente trabalho. Em um primeiro momento, foi encontrada a seguinte frequência e distribuição: IndexPsi (99 artigos e 43 teses), Pepsic (69 artigos), Scielo (28 artigos) e Lilacs (114 artigos). Mesmo considerando que algumas produções estejam presentes em mais de uma dessas bases,

[1] Na presente pesquisa entende-se "analisar" como o processo de, a partir das leituras do material selecionado, distinguir e separar as partes contidas nos textos que se refiram aos propósitos da presente investigação e se considerando a escolha metodológica que a define. Portanto, trata-se de identificar os pontos relevantes para a pesquisa, contidos nos textos consultados, separando-os, num processo de sucessivas escolhas que requer o exame dos conteúdos neles presentes (OLIVEIRA NETTO, 2008; PEROVANO, 2014; PRODANOV, FREITAS, 2013).

[2] Sistematizar, por sua vez, compreende-se como a ação de ordenar os pontos levantados e separados na análise, segundo a visão dos autores consultados, considerando a perspectiva metodológica adotada.

o que levaria a uma diminuição do número de trabalhos indicados, ainda assim parece ser uma quantidade expressiva. Por isso, além das repetições, também foi preciso levar em conta àqueles artigos e teses presentes no levantamento, mas que não havia nada mais do que conter no seu interior um dos descritores utilizados no levantamento, sem que fizesse parte do seu objetivo, ou que discutisse profundamente tal questão. Portanto, o que inicialmente contrariava a ideia de que a produção psicanalítica brasileira sobre a função paterna era escassa, foi se confirmando novamente, que, após os devidos refinamentos, culminou com 32 trabalhos científicos, sendo 25 artigos de periódicos científicos e 07 teses.

Diante desse resultado, considerando que o presente trabalho é produto de um projeto de Iniciação Científica e que existia um tempo relativamente curto para a execução da pesquisa, julgou-se que tal quantidade de produções poderia ser diminuída. Para tanto, foi levado em conta que alguns dos artigos eram oriundos de algumas dessas teses levantadas e optou-se por deixa-las de lado, analisando-se apenas os artigos científicos, pois não haveria tempo hábil para analisar todo este material. Outro critério de exclusão estabelecido seriam as obras que se pautassem na teoria de J. Lacan, pois os pesquisadores não dominam tal perspectiva teórica. Após o estabelecimento deste critério, dos 25 trabalhos, outros 07 artigos foram excluídos. A seguir, os demais 18 trabalhos foram lidos e, a partir das leituras, foram elaborados fichamentos de cada um deles, que serviram para o segundo momento de análise dos dados obtidos, onde foram identificadas as principais tendências do tema abordado, possibilitando então a análise e a sistematização dos resultados encontrados dentro dos critérios próprios estabelecidos, em consonância com a perspectiva metodológica adotada e acima explicitada.

C. RESULTADOS

No desenvolvimento da presente pesquisa foi realizado um levantamento de artigos científicos que foram lidos e fichados, buscando compreender e identificar as principais tendências das produções científicas acerca do tema Função Paterna e Desenvolvimento Infantil, com foco na teoria psicanalítica. O que despertou o interesse sobre o presente tema foi outro trabalho realizado (PARENTI, 2014) que constatou na literatura um destaque e prevalência da função materna como provedora e cuidadora da criança durante o seu desenvolvimento. Surgiu então um interesse em conhecer o que as produções científicas tratam acerca da função paterna e sua importância no desenvolvimento infantil. Os resultados encontrados serão apresentados a seguir.

Gomes e Resende (2004) e Rosa (2009), apoiados na teoria psicanalítica, afirmam que a função paterna ganha contornos diferentes durante o desenvolvimento infantil. Afirmam as autoras que, em cada etapa do processo de desenvolvimento da criança, a função paterna vai ganhando contornos próprios desde o início da vida de seu filho até a adolescência. No início a função paterna é, basicamente, de sustentação à relação mãe-bebê, passando progressivamente para a posição do terceiro que se interpõe na relação dual, tendo uma função estruturante no psiquismo infantil. A partir do segundo ano de vida do bebê, a função paterna se amplia dando suporte ao desenvolvimento social do filho e às dificuldades próprias do aprendizado desse momento de vida da criança. Progressivamente, o pai estimula a autonomia e a independência da criança, permitindo que esta, pelo brincar, pela motricidade, amplie o seu desejo de explorar o mundo, e assim sucessivamente, de acordo com cada momento de vida do seu filho.

Fonseca (2011), Haudenschild (2009), Gomes (2001), Neumann (2003) e Rosa (2010) trazem casos clínicos, a partir dos quais discutem a importância da função paterna no desenvolvimento de cada sujeito. Segundo as autoras, tal importância diz respeito a que a função paterna permite a instauração da triangulação que favorece, entre outras coisas, a percepção das diferenças e a simbolização, a saída da dependência rumo à separação e à autonomia, e fornece as bases para que a criança desenvolva a construção do si mesmo e do sentido de realidade, de modo a que experimente maior confiança para explorar o mundo e a vida. Nesse sentido, a importância da função paterna também reside no fornecimento de condições de segurança, para que o filho se sinta com possibilidades de enfrentar as vicissitudes da vida, com a figura do pai funcionando como um apoio fundamental, com a qual possa se identificar e vislumbrar o mundo adulto ao qual futuramente possa acessar de modo seguro e potente. Destaque-se nesse contexto que a função paterna favorece as elaborações das questões inerentes à

sexualidade e a consequente individuação, funcionando como estruturador da cultura e representante da autoridade, proporcionando a ampliação do apoio e da proteção favorecedores do desenvolvimento, que implique na possibilidade do sujeito em assumir suas próprias dificuldades e escolhas diante da vida.

Thormann (2006) traz a função paterna como sustentadora da relação inicial que se estabelece entre mãe e bebê, presente na retaguarda e lidando com o ambiente para queseja favorável a essa relação. Rosa (2009) segue a mesma linha de pensamento e afirma que a função paterna é sustentar o ambiente em que a dupla mãe-bebê habita, e aparece também como um cuidador da dupla, protegendo a mãe das influências externas que podem interferir no cuidado com o bebê, facilitando que ela alcance o estado de preocupação materna primária e possa dedicar-se ao filho. A mesma autora, em outra produção científica (ROSA, 2010), traz o pai como responsável por oferecer apoio à mãe para que a mesma cumpra a sua função. Ferreira e Aiello-Vaisberg (2006) compartilham da mesma opinião e afirmam que cabe ao pai oferecer a segurança necessária para que a mãe possa acolher o bebê de forma "(...) segura e tranquila (...)" (p. 137), atuando como um suporte para a relação mãe-filho. Neumann (2003) afirma que a figura paterna representa uma atualização da figura materna, favorecendo o vínculo emocional entre a criança e a mãe. Rosa (2009, 2010), por sua vez, situa o pai como uma mãe substituta nos primeiros meses de vida da criança. Portanto, se está falando da relação inicial, dual, onde ainda não se estabeleceu o terceiro, a triangulação. Nesse sentido, tanto Neumann (2003) ao se referir ao pai enquanto atualização da figura materna, quanto Rosa (2009, 2010) ao denomina-lo como uma mãe substituta, partem da perspectiva winnicottiana de que nessa fase o pai faz parte do ambiente e, por vezes, funcionaria como mãe substituta no sentido mesmo de estar no lugar dela, seja física, seja psiquicamente. Por exemplo, quando o pai cuida do bebê, nessa fase, por ainda não ter se constituído como terceiro, ele literalmente é um substituto materno em função da ausência materna, seja porque a mãe morreu, ou está doente, ou está só cansada e foi descansar, ou porque está em outro cômodo da casa fazendo outra coisa. Ou ainda, pode estar presente fisicamente, mas indisponível psiquicamente ao bebê e o pai a substitua nesse momento como objeto cuidador.

Haudenschild (2009) e Flanzer (2004) apresentam outra função paterna muito citada pelos autores que consiste em intervir na díade mãe-bebê, destituindo a relação fusional e a ilusão de onipotência que o bebê acredita existir entre ele e sua mãe. Martins et al. (2010) apresentam a mesma ideia e chamam essa intervenção do pai de castração primária, já que para a mãe a criança é um equivalente ao falo. Gomes (2001) afirma que o pai obstrui a fusão entre mãe e filho, ou seja, cria as condições para que se constitua como um terceiro, rompendo com a dualidade da relação mãe-bebê e, a partir dessa ruptura, segundo Marcos (2003), o pai funciona como um mediador entre mãe e filho. Sobre essa intervenção na díade, Lisondo (2004) diz que o pai separa a simbiose original da díade inicial e que, como afirmam Romero-Rodriguez e Vizzotto (2006), o pai representa para a criança a separação da mãe. Gomes e Resende (2004) tratam da mesma função, dizendo que o pai funciona como um interdito na relação fusional mãe-bebê. Neves (1982) coloca que o pai propõe a separação na relação mãe-bebê aliviando a tensão presente entre os componentes dessa relação dual, tendo em vista que não são somente conteúdos ternos, amorosos, que circulam entre a mãe e o seu bebê, mas também conteúdos agressivos, invejosos, etc. Nesse sentido, ao se colocar como um terceiro, isto possibilita uma diluição e compartilhamento do que antes estava restrito à relação dual e consequentemente, segundo a autora, favorece a diminuição das tensões entre a mãe e o bebê. Ferreira e Aiello-Vaisberg (2006) concordam com a proposição da autora acima citada, de que o pai interfere na relação fusional mãe-bebê. Rosa (2010) complementa que essa intervenção do pai faz com que o bebê se perceba como uma unidade diferenciada da mãe e, portanto, a função paterna protege a criança de uma possível relação de fusão com a mãe (NEVES, 1982).

Segundo Haudenschild (2009), Lisondo (2004), Romero-Rodriguez e Vizzotto (2006), Rosa (2009, 2010) e Ferreira e Aiello-Vaisberg (2006), ao interferir nessa relação que se estabelece entre a mãe e a criança, o pai passa a ser visto como um terceiro na relação. Com a entrada desse terceiro na relação mãe-bebê, alguns autores como Gomes (2001), Romero-Rodriguez e Vizzotto (2006) e Gomes e Resende (2004) usam o termo "Triangulação" para falar da relação que se estabelece entre os três. Gomes (2001) afirma que o triângulo familiar faz com

que a criança tenha dois vínculos separadamente com cada um dos pais e também perceba o vínculo existente entre o casal parental. E isto é importante, não apenas pelos aspectos edípicos envolvidos nessa percepção do casal sexualizado por parte do filho, mas também para que se evidencie que o pai e a mãe tem uma relação que exclui o filho e que este também, a partir dessas vivências, possa consolidar a sua capacidade vincular para além do casal parental.

Além disso, essa interdição e a entrada do pai no campo relacional do bebê também proporcionam ao filho um contato com o mundo externo, neste caso representado pelo pai, pois o resultado do rompimento da relação dual e da consolidação da entrada de um terceiro não fica restrito à figura paterna, mas se estende progressivamente a todas as outras coisas até então não percebidas. Essa ideia é compartilhada por Romero-Rodriguez e Vizzotto (2006), Neves (1982), Gomes e Resende (2004) e Rosa (2010). Esses autores afirmam que o pai se apresenta como uma ponte, oferecendo a passagem da criança do mundo da família para o mundo da sociedade, representando a separação da mãe. Isto significa que se o pai teve uma presença assídua e efetiva, principalmente do ponto de vista emocional, ele vai se tornando uma figura confiável. E ao se constituir a triangulação, é esse pai que, ao introduzir com a sua presença a possibilidade de muitas outras coisas que até então não faziam parte da relação mãe-bebê, que se torna um elo de ligação para tudo que não seja a mãe, o mundo externo, a sociedade, a cultura. Embora a criança já nasça num contexto social, pois a família é expressão da sociedade, e embora isto tenha efeitos sobre a criança, ela não o percebe e é somente com a triangulação que se consolida a possibilidade do social, do cultural, serem acessíveis ao bebê.

Outro assunto muito abordado pelos autores, acerca do tema função paterna, é a contemporaneidade, que apareceu em vários artigos. Martins et al. (2010) afirmam que a contemporaneidade está causando deslocamentos no lugar conferido ao pai historicamente e que certamente isto incorrerá em efeitos nos processos de subjetivação. As autoras salientam que no mundo contemporâneo, em função das profundas mudanças ocorridas, o pai da atualidade tem sua autoridade questionada, ao passo que no modelo normativo tradicional, que implicava em submissão e obediência à figura paterna, isto não era questionado.

Portanto, este é apenas um exemplo das modificações que repercutem nas questões relacionadas à função paterna. Ressalte-se que as autoras apenas chamam a atenção para as mudanças tal como citado acima e, como isto, de algum modo, se relaciona com a função paterna e com o desenvolvimento mental da criança, mas a pretensão delas não é explorar isto e fornecer respostas. O objetivo delas é apresentar essa problemática que está em aberto para estudos e pesquisas.

Mas voltando ao assunto abordado no parágrafo anterior, acerca do que os autores do material selecionado comentam sobre a função paterna e contemporaneidade, Gomes (2001) reafirma que a modernidade tem interferido na importância na função paterna nas configurações familiares atuais, seja porque instauram profundos questionamentos quanto ao papel masculino, à paternidade e à função paterna, bem como tem trazido modificações nas formas de se estabelecer relações e vínculos, etc. Certamente que tal situação interfere de múltiplas formas, desde instaurar modos diferentes de se exercer a função paterna em contraposição ao modelo tradicional, seja de inserir constantes questionamentos que geram insegurança, dúvida, instabilidade, deixando-se de ter parâmetros mais claros para se vivenciar flutuações constantes. Partindo dessa condição exposta, Flanzer (2004) também acredita que a paternidade está ameaçada pelo contexto contemporâneo, justamente porque se questiona a autoridade paterna, e sobressaem dificuldades no estabelecimento de limites e consequentes dificuldades de se lidar com a castração. Nessa mesma lógica, Ceccarelli (2002) fala sobre um declínio do poder paterno ou crise da masculinidade, que ocorre devido a um declínio do patriarcado que se deu devido às transformações sociais e econômicas que atingiram o homem moderno. O autor salienta que as mudanças pelas quais o mundo passa nos últimos tempos trouxeram o questionamento à autoridade e, por extensão, ao pai e suas funções, com uma série de desdobramentos que vão desde mudanças bem-vindas às profundas dúvidas e incertezas nas quais mergulham os seres humanos; no caso, particularmente os homens buscando maior clareza quanto ao seu papel. Por sua vez, Gomes e Resende (2004) dizem que a figura paterna deixou de ser

ancorada no poder econômico, já que os casais em sua maioria estão sendo formados por dupla renda, a partir do ingresso da mulher no mercado de trabalho. A questão do poder econômico se relaciona com a ideia do pai provedor, típica da concepção normativa tradicional do que se entendia por paternidade e função paterna. Em função dessa dupla renda, algum pai pode ver o seu papel reduzido à função de mero reprodutor, o que restringiria em muito a função paterna; e o mais provável é que as relações entre tal pai e filho seriam comprometidas em função da atribuição de papel tão reduzido ao genitor, com consequências negativas prováveis, desde dificuldades relacionais até reações depressivas, autoestima rebaixada, insegurança, etc. Por isso, segundo as autoras, atualmente é necessário que o pai reinvente seu papel e construa sua subjetividade com uma nova postura. Certamente que por ser um período de transição, com incertezas, divergências de ideias, polarizações, etc., reinventar o papel paterno e desenvolver uma nova postura é algo em construção e difícil se dizer qual seria esse papel e essa nova postura. O que se vislumbra como possibilidades são algumas expressões consideradas novas, mas que não se pode afirmar que se consolidarão exatamente assim, nem que isto é definitivo. Até porque, embora ocorram essas novas expressões, ainda persistem o modelo normativo tradicional e seus desdobramentos. Por exemplo, segundo Gomes e Resende (2004), se destaca aqui como aspectos novos ligados à função paterna a busca por maior presença física e afetiva junto ao filho, de ser um pai mais carinhoso, disposição do pai para reconhecer e lidar com seus sentimentos, desenvolver uma atitude mais amorosa, permitindo-se ter contato físico carinhoso com o filho e permitir receber o mesmo, com disposição em buscar maior intimidade no cotidiano.

Borsa e Nunes (2011) afirmam que, embora as mulheres tenham entrado no mercado de trabalho e participem ativamente do orçamento familiar, elas ainda tendem a se ocupar mais com os cuidados com o lar e com a prole. Contudo, as autoras acreditam que, apesar das mudanças ocorridas nas organizações familiares contemporâneas, ainda prevalece a diferença de papéis entre homens e mulheres e os cuidados dos filhos continuam sendo atribuídos à mulher, e ainda existe no imaginário social uma prevalência da maternidade em detrimento da paternidade na relação com os filhos. Embora segundo as autoras a função paterna venha ganhando prevalência, com alguns ajustes indicados no parágrafo anterior, se continua atribuindo menor importância ao pai.

O Complexo de Édipo também foi um assunto bastante abordado pelos autores analisados nesta pesquisa, já que, segundo Lisondo (2004), este Complexo é um fenômeno com que Freud se defrontou em sua própria autoanálise e o considerou como um dos fenômenos centrais da sua teoria. O Complexo de Édipo está relacionado com desejos incestuosos e parricidas que todas as pessoas irão nutrir pelos seus pais. O nome foi dado com base no mito de Édipo, inspirado na versão trágica intitulada “Édipo Rei”, de Sófocles. Gomes (2001) afirma que a função paterna é fundamental para os processos de configuração edípica, tendo em vista ser estruturante para a constituição do psiquismo. Segundo Marcos (2003), o pai é o centro do complexo de Édipo e é responsável pela entrada e saída dele. Rosa (2009) reafirma a importância do pai na configuração edípica e Martins et al. (2010) enfatizam que o pai aparece como figura fundamental para o estabelecimento e dissolução do mesmo, tanto em meninos quanto em meninas. Lisondo (2004) afirma que a presença do pai, seja física ou simbólica, seja do pai real ou de um substituto, faz com que a renúncia ao incesto seja suportável pelas crianças. Rosa (2010) ainda destaca que o pai rivaliza com o filho intervindo na continuidade dos desejos que este nutre pela mãe, trazendo a “ansiedade de castração” (ROSA, 2010, p. 11), mas também alívio pelo fato de que a criança não terá que se confrontar com sua impotência sexual. Sendo assim, a autora afirma que o pai aparece também como proteção para a criança no período edípico, onde o pai pode ser protetor e interventor. Nesse sentido, pode-se destacar que a criança, ao desenvolver uma relação de confiança com o pai ao longo do seu desenvolvimento sente que este a protege, mantendo essa confiança na vida cotidiana e isto a ajuda a discriminar entre os fatos e as fantasias. Mas ao se instaurar o processo edípico, ao aspecto protetor acrescenta-se o interventor. Nas palavras da autora, “o pai interventor traz, sim, ansiedade de castração, produzindo medo e ódio. Mas, por outro lado, traz também alívio, pois, se o pai não estivesse lá para intervir, e como que proibir o ato, a criança estaria exposta à sua impotência” (ROSA, 2010, p. 84).

Neves (1982) afirma que no período edípico o pai aparece como criador de limites e responsável pelo enquadramento da criança no lugar que lhe cabe, ou seja, como filho e não como parceiro incestuoso. Uma das principais funções do pai nesse período é a proibição do incesto, citada por Marcos (2003) e Lisondo (2004). A partir dessa proibição o pai passa a ser o representante das leis, sendo também o representante da cultura, como afirmam os autores Lisondo (2004), Marcos (2003) e Rosa (2009). Ainda se tratando a influência paterna no Complexo de Édipo, Marcos (2003) e Teixeira (2002) afirmam que ela não termina com a dissolução do mesmo. Ao final da fase edípica, o sujeito introjeta a autoridade paterna com o nascimento do Superego. Outro herdeiro do Complexo de Édipo é o Ideal de Ego, citado por Lisondo (2004) e Haudenschild (2009).

Nos artigos científicos analisados, alguns autores clássicos foram bastante citados, dentre os eles destacam-se Freud, Melanie Klein, Winnicott e Bion. Alguns autores de artigos fazem análise de textos específicos de Freud. Teixeira (2002) analisou "Totem e Tabu", de 1913, e "Psicologia das Massas e Análise do Eu", de 1921, para tratar da função paterna. Marcos (2003) analisou as obras "Moisés e o Monoteísmo", de 1939, e "Totem e Tabu", de 1913, ambas de Freud. Ressalte-se que estes dados acima somente estão aqui porque os autores dos artigos consultados assim indicam, e aqui são apenas descritos. Eles usam esses autores clássicos para discorrer sobre o pai primevo, o assassinato do pai, o tabu do incesto, como ponto de apoio para discutir a função paterna no decorrer de seus respectivos artigos como referência de ordem, de lei, etc.

Outras influências paternas no desenvolvimento infantil são citadas. Neves (1982), por exemplo, afirma que, ao final do período de latência, período que se segue imediatamente ao Complexo de Édipo, o pai atua como um mediador entre o adolescente e a mãe, e possibilita o ingresso no mundo adulto, representando o princípio de realidade fazendo cumprir as exigências da realidade, se utilizando da prerrogativa de ser o pai protetor e interventor, conforme explicitado acima, de acordo com Rosa (2010).

Ceccarelli (2002), por sua vez, questiona as afirmações de que o par homem/mulher é de suma importância para a saúde psíquica e o desenvolvimento da criança afirmando que casais homossexuais têm filhos saudáveis e, portanto, conclui que a triangulação não precisa necessariamente ocorrer entre a criança e duas pessoas de sexos diferentes. O autor faz tais afirmações para destacar que a função paterna é fundamental como estruturante da subjetividade e, que mesmo em relações homoafetivas, haverá sempre alguém que a exerça.

Ferreira e Aiello-Vaissberg (2006) afirmam que os papéis familiares não passam de convenções sociais já que a função do cuidador é favorecer o desenvolvimento da criança, e isso poderia ser proporcionado por qualquer pessoa, seja o pai, a mãe, ou qualquer outra pessoa que esteja presente no momento oportuno. Portanto, seja exercida pelo pai real ou por um substituto simbólico, não é possível prescindir da função paterna para que se criem as condições favoráveis, na medida do possível, ao desenvolvimento mental saudável. Do contrário, as evidências apontam para o estabelecimento de problemas diversos que podem se instalar tanto em crianças, em adolescentes, como em adultos, por não vivenciarem adequadamente a experiência oriunda do contato com a função paterna, ou por outras dificuldades no estabelecimento da vivência da referida função. Afirmam as autoras que se o pai é capaz de proporcionar um ambiente confortável para a dupla mãe-bebê, então também poderia proporcionar um bom ambiente para o bebê. Um bom ambiente é uma noção muito subjetiva e as autoras não a definem. Contudo, seu sentido aqui, ressalvando que pela polissemia da linguagem possa ter muitos outros significados, pode-se depreender que é um ambiente acolhedor, adequado às necessidades físicas e emocionais de quem nele está inserido, que proporciona as condições básicas para as vivências favorecedoras de desenvolvimento. Mas estas mesmas colocações são imprecisas porque o que é acolher para uma pessoa pode não ser para outra. Aliás, é muito frequente autores psicanalíticos usarem termos imprecisos, vagos, sem defini-los. As autoras ainda dizem que a relação mãe-bebê nada mais é do que uma relação de cuidado, que pode ocorrer entre médico e paciente, professor e aluno, ou seja, os primeiros cuidados da criança não devem ser prerrogativas exclusivas da mãe. O mesmo se pode dizer da função paterna, que pode ser exercida não somente pelo pai biológico ou pelo pai adotivo, mas por outras pessoas.

Tendo sistematizado e analisado a produção científica acerca do tema Função Paterna e Desenvolvimento Infantil, tal como exposto anteriormente, é possível compreender que os diversos autores citados, segundo a perspectiva psicanalítica, abordam a função paterna como fundamental ao desenvolvimento infantil.

Concordamos com Cia, Williams e Aiello (2005) quando destacam a importância e a necessidade de que sejam desenvolvidas pesquisas que focalizem a figura paterna em nossa realidade brasileira. Embora tenham se passado mais de 10 anos desde a publicação da afirmação das autoras, parece válida ainda tal consideração, tendo em vista os poucos estudos encontrados na literatura psicanalítica que efetivamente objetivem investigar tal temática. Ressalte-se que tanto as autoras acima citadas quanto o presente trabalho têm como foco investigativo a função paterna e o desenvolvimento infantil.

D. DISCUSSÃO

É um pouco complexo esclarecer como o pai, no exercício da função paterna, lida com o ambiente criando condições favoráveis à relação mãe-bebê, pois nenhum dos autores consultados estabelece com maior precisão, por exemplo, um rol de situações ou comportamentos, ou teorizações mais pontuais, que indiquem isso mais claramente. Mas, procurando inferir do contexto presente em cada artigo, é possível indicar sucintamente que o pai sustenta a relação inicial entre a mãe e o bebê e lida com o ambiente para que seja favorável, tanto de modo material, objetivo, quanto emocional. Do ponto de vista material pode-se citar desde proporcionar as condições financeiras (seja ele o provedor ou não) para que as necessidades básicas da família sejam supridas, de modo a que isso não seja uma fonte de insegurança, ansiedade, a até, quem, sabe ir ao supermercado fazer uma compra para que a mãe não se preocupe com isso, além de muitas outras possibilidades, dependendo do nível socioeconômico, cultural, educacional do casal, bem como do modo que este casal estruturou a própria relação enquanto dupla. Do ponto de vista emocional, caberia a ele respeitar que a relação entre a mãe e o bebê precisa se estreitar e, nesse sentido, ele não deve requisitar a mãe para outras funções que não esta. Deve aceitar que em certos momentos ficará de fora dessa relação, além de se sentir desejoso por aquela situação, ser acolhedor e suportar ser o terceiro excluído, etc. É isto que permite progressivamente que se constitua como um terceiro, passando a ter funções mais ativas, introduzindo mais efetivamente a consolidação da interdição, da lei, cuja participação material e afetiva deve se modelar às exigências do desenvolvimento posterior da criança e da família.

A partir desses resultados encontrados concluímos que, embora a função paterna não seja um objeto de estudo frequente, considerando a perspectiva do presente trabalho, alguns autores já destacaram a importância paterna no desenvolvimento infantil e se dedicaram a apresentar alguns aspectos dessa função. Observou-se que não existem trabalhos que contemplam todas as funções que o pai pode desempenhar ao longo do desenvolvimento de seu filho, já que os diferentes autores apresentam também diferentes papéis do pai, centrando-se em alguns em detrimento de outros. Os materiais sobre função paterna são difusos e ainda contemplam poucos papéis que o pai pode desempenhar ao longo da vida do seu filho. Embora o papel paterno e a função paterna sejam conceitos diferentes, são, entretanto, interligados. Supõe-se que a função paterna se expresse em um papel paterno. Mas certamente que um papel paterno pode ser exercido sem que haja uma função paterna presente.

Ressalta-se a importância do desenvolvimento de novas pesquisas centradas na função paterna e seus diversos desdobramentos, particularmente levando em consideração as mudanças ocorridas na contemporaneidade e que causaram deslocamentos no papel paterno historicamente determinado.

E. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Araucária, que através do programa de Bolsas de Iniciação Científica em parceria com o CNPQ financiou o projeto de pesquisa que deu origem a este artigo. Os autores declaram não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Makron, 2007.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011.

BORGES, M. L. S. F. **Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade**. 148 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 64, p. 31-39, 2011.

CECCARELLI, P. R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. **Pulsional Revista de Psicanálise***,* São Paulo, v. 15, n. 161, p. 88-98, 2002.

CIA, F.; WILLIAMS, L.; AIELLO, A. L. R. Influências paternas no desenvolvimento infantil: revisão de literatura. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 9, n. 2, 225-233, 2005.

FERREIRA, M. C.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. O pai suficientemente bom: algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, São Paulo, v.14, n.2, p. 136-142, 2006.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FLANZER, S. N. "A vida é bela"... mas também é cinza: comentários sobre a função paterna na modernidade. **Pulsional - Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 17, n. 178, p. 29-33, 2004.

FONSECA, M. C. S. S. O desmoronamento da rocha firme: um caso de impotência sexual. **Winnicott E-prints**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.51-61, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A J.S.; RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa**,** Brasília, v. 20, n. 2, p. 119-125, 2004.

GOMES, M. C. A. P. O renascimento de Édipo ou A importância da função paterna na configuração das famílias atuais. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 843-871, 2001.

HAUDENSCHILD, T. R. L. O pai e a constituição da masculinidade. **Jornal de Psicanálise***,* São Paulo, v. 42, n. 77, p. 123-141, 2009.

LISONDO, A. B. D. de. A subjetividade é construída na intersubjetividade. **Psicanálise:** Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, v. 6, n. 2, p.255-281, 2004.

MARCOS, C. M. As versões freudianas do pai. **Psicologia em Revista***,* Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 25-34, 2003.

MARTINS, K. P. H. et al. Reflexões sobre a função paterna no trabalho psicanalítico com crianças. **Cadernos de Psicanálise***,* Rio de Janeiro, v. 32, n. 23, p. 133-143, 2010.

MONTEIRO, D. A. A função paterna e a cultura. **Cógito**, Salvador, v. 3, p. 49-52, 2001.

NEUMANN, C. F. B. A elaboração estruturante e a figura paterna: da sombra ao fato. **Mudanças - Psicologia da Saúde***,* São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-80, 2003.

NEVES, J. F. Estudo do significado psicanalítico da figura paterna. **IEPSI**: Instituto de Estudos Psicoterapêuticos, n. 3, p. 2-24, 1982.

OLIVEIRA NETTO, A. A. **Metodologia de pesquisa científica**. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

PARENTI, M. R. **O desenvolvimento infantil e a psicanálise**: um estudo bibliométrico. Maringá: Universidade Estadual de Maringá; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Fundação Araucária, 2014. 25 f. Relatório final de Projeto de Iniciação Científica (PIBIC).

PEREIRA, C. A. L. F. M. O papel das primeiras experiências infantis no desenvolvimento afetivo: a idéia do determinismo. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 53, n. 119, p. 149-159, 2003.

PEROVANO, D. G. **Metodologia científica**. Curitiba-PR: Juruá, 2014.

PRODANOV, C. C. ; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Universidade FEEVALE, 2013.

ROMANOWSKI, J. P. ; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROMERO-RODRIGUEZ, A. C. ; VIZZOTTO, M. M. Saúde mental e relações parentais: Considerações sobre as funções materna e paterna. **Encontro***,* Santo André, v. 10, n. 13, p. 83-94, 2006.

ROSA, C. D. O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 55-96, 2009.

ROSA, C. D. O pai e a integração da instintualidade. **Winnicott E-prints**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2010.

SARAIVA, L. M.; REINHARD M. C.; SOUZA, R. C. A função paterna e seu papel na dinâmica familiar e no desenvolvimento mental infantil. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 52-67, 2012.

TEIXEIRA, L. C. Função paterna, fratria e violência: sobre a constituição do socius na psicanálise freudiana . **Psico USF,** São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195-200, 2002.

THORMANN, L. L. Identificações e a ética: importância da função materna-paterna. **Revista do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre**, v. 13, p. 69-75, 2006.

ZAVARONI, D. M. L. ; VIANA, T. C., CELES, L. A. M. A constituição do infantil na obra de Freud. **Estudos de Psicologia***,* Natal*,* v. 12, n. 1, p. 65-70, 2007.

ZORNIG, S. M. A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010.

Recebido para publicação em: 09/05/2016
Revisado em: 05/07/2016
Aceito em: 18/11/2016